

Curso de Especialização

Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental





Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Acesso ao site: www.techtute.com/pt/educacao/curso-especializacao/curso-especializacao-direitos-humanos-igualdade-direito-ambiental

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Direção do curso

pág. 12

04

Estrutura e conteúdo

pág. 16

05

Metodologia

pág. 28

06

Certificação

pág. 36

01

Apresentação

Os direitos humanos e ambientais estão intimamente ligados, mas é necessária uma análise aprofundada para compreender os pontos de ligação entre os dois. Por um lado, existe o elemento humano, que se refere à ordem jurídica e à sua eficácia. Por outro lado, o elemento material, que se refere ao desenvolvimento sustentável como um requisito fundamental para o cumprimento dos direitos humanos e ambientais. Este programa abrangente foi concebido com o objetivo de capacitar professores neste domínio apaixonante, para que sejam capazes de colaborar em benefício das regiões mais desfavorecidas.



“

O trabalho dos professores no domínio da cooperação internacional é essencial para o desenvolvimento das sociedades mais desfavorecidas. Não pense duas vezes e especialize-se para trabalhar com estas comunidades”

O Direito Ambiental está demasiado centrado na regulação do comportamento humano normal, utilizando instrumentos tradicionais. Desta forma, tende-se a "repensar" o comportamento humano e a traduzi-lo em normas jurídicas aplicáveis, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável semelhante ao que a natureza teria por si só, embora isso possa ser complicado, dado que a intervenção humana tem vindo a modificar a evolução natural dos espaços. Convém não esquecer que os direitos ambientais estão fortemente ligados aos direitos humanos. De facto, uma das principais ações das organizações que participam na cooperação internacional é assegurar o seu cumprimento.

Por seu lado, a ideia de igualdade está sempre relacionada com a justiça e tem como objetivo reconhecer o outro como igual, ou seja, merecedor do mesmo tratamento que cada indivíduo considera merecer, e também com os mesmos direitos face ao Estado. No entanto, as desigualdades sociais e económicas entre regiões significam que, na vida real, este direito à igualdade não é plenamente cumprido. É por isso que as organizações públicas e privadas que trabalham neste domínio procuram obter o maior apoio possível para um mundo mais igualitário.

Esta qualificação reúne conhecimentos básicos sobre cooperação internacional e desenvolvimento, ferramentas que permitem ao agente de desenvolvimento procurar melhorar o desempenho das suas funções nas áreas que as pessoas e os povos o exigem, orientando-os para a mudança e centrando-os na situação atual através das ferramentas e dos recursos da cooperação.

Além disso, como se trata de uma qualificação 100% online, o professor poderá conjugar o estudo deste Curso de Especialização com o resto das suas obrigações quotidianas, escolhendo a qualquer momento onde e quando estudar. Uma qualificação de alta qualidade que levará estes profissionais ao mais alto nível na sua área.

Este **Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em cooperação internacional
- ♦ O seu conteúdo gráfico, esquemático e eminentemente prático fornece informação científica e prática sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- ♦ Conhecimentos atualizados sobre Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental
- ♦ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser levado a cabo a fim de melhorar a aprendizagem
- ♦ A sua ênfase em metodologias inovadoras em cooperação internacional
- ♦ Aulas teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre questões controversas e atividades de reflexão individual
- ♦ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



Uma qualificação de alto nível educacional criada pelos melhores especialistas na matéria, que lhe irá permitir alcançar o sucesso profissional”

“

Este Curso de Especialização é o melhor investimento que pode fazer na seleção de um programa de atualização por duas razões: Além de atualizar os seus conhecimentos sobre Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental, também obterá um certificado emitido pela TECH”

O corpo docente do programa inclui profissionais do setor da cooperação internacional que trazem para esta qualificação a experiência do seu trabalho, bem como reconhecidos especialistas de sociedades de referência e universidades de prestígio.

Graças ao seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, o profissional terá acesso a uma aprendizagem situada e contextual, ou seja, um ambiente de simulação que proporcionará um estudo imersivo programado para se formar em situações reais.

A conceção deste programa baseia-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o professor deve tentar resolver as diferentes situações de prática profissional que surjam ao longo da qualificação. Para isso, o especialista poderá contar com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo criado por especialistas reconhecidos no campo dos Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental e com uma vasta experiência.

Aumente a sua confiança na tomada de decisões, atualizando os seus conhecimentos através deste Curso de Especialização.

Aproveite a oportunidade para conhecer os últimos avanços neste campo e aplicá-los à sua prática diária.



02

Objetivos

O principal objetivo do programa é o desenvolvimento da aprendizagem teórico-prática, para que o professor consiga dominar de forma prática e rigorosa a cooperação internacional.





“

Este Curso de Especialização foi desenvolvido para o ajudar a atualizar os seus conhecimentos em cooperação internacional com o uso da mais recente tecnologia educacional, para contribuir com qualidade e segurança para a tomada de decisões”



Objetivos gerais

- ♦ Proporcionar aos alunos uma preparação avançada no domínio da cooperação internacional, especializada e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permitam adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias à obtenção de uma qualificação como profissional em cooperação internacional
- ♦ Dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre o processo de cooperação e desenvolvimento, com base nos últimos avanços das políticas relativas aos processos de sustentabilidade, tanto nos aspetos económicos como sociais
- ♦ Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias de adaptação e resolução dos problemas do mundo atual através da investigação científica em processos de cooperação e desenvolvimento
- ♦ Divulgar as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor necessário para se adaptar às mudanças políticas, no quadro do direito internacional



Atualize-se sobre os últimos desenvolvimentos em matéria de cooperação internacional





Objetivos específicos

Módulo 1. O desenvolvimento dos povos: introdução e desafios

- ♦ Compreender a importância do desenvolvimento dos povos
- ♦ Tomar consciência dos agentes envolvidos no desenvolvimento, do porquê e das suas consequências
- ♦ Conhecer e clarificar conceitos básicos como pobre e empobrecido
- ♦ Tomar consciência da situação mundial e do desenvolvimento
- ♦ Conhecer a estrutura económica do mundo.
- ♦ Gerir os conceitos de desenvolvimento sustentável, objetivos sustentáveis, etc., a fim de atingir as suas metas e objetivos
- ♦ Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento nos seus aspetos económicos, sociais, culturais e políticos

Módulo 2. Direitos humanos (DH) e direito internacional humanitário (DIH)

- ♦ Identificar e classificar as vítimas de conflitos armados, distinguindo-os de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas desses conflitos; conhecer e compreender o sistema de proteção das vítimas e ser capaz de aplicar este sistema
- ♦ Compreender as restrições que o direito humanitário impõe aos combatentes no que respeita à condução das hostilidades, ao respeito das zonas, locais e instalações assinalados com um sinal de proteção e à exigência de um código de conduta em relação às vítimas, ao pessoal médico e religioso e às organizações humanitárias
- ♦ Identificar as situações e as pessoas particularmente vulneráveis nos conflitos armados, tendo em conta a proteção que lhes é conferida pelo direito internacional humanitário
- ♦ Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais se desenvolvem as atividades de cooperação, permitindo-lhes identificar os seus problemas e necessidades, liderar os seus processos de mudança, avaliar a sua evolução e tomar decisões sobre novas linhas de ação

Módulo 3. Igualdade e cooperação

- ♦ Interiorizar, analisar e compreender o que queremos dizer quando falamos de género, desenvolvimento e direitos das mulheres
- ♦ Compreender o papel dos movimentos feministas nos processos de desenvolvimento e transformação social
- ♦ Intervir numa perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento

Módulo 4. Direitos ambientais

- ♦ Compreender a interrelação entre todos os elementos do ambiente e a forma como se influenciam mutuamente
- ♦ Reconhecer os diferentes tipos de poluição e a forma como afetam o ambiente
- ♦ Analisar os regulamentos e a legislação em vigor sobre a matéria
- ♦ Incorporar de forma transversal nos projetos e ações de cooperação, as noções de sustentabilidade e de sustentabilidade ambiental e ecológica
- ♦ Compreender a relação entre a migração e o desenvolvimento dos países de origem e de destino

03

Direção do curso

O corpo docente do programa inclui especialistas de referência em cooperação internacional para o desenvolvimento, que trazem a sua experiência profissional para esta qualificação. Além disso, outros peritos de reconhecido prestígio participam na sua conceção e desenvolvimento, completando o programa de forma interdisciplinar.





“

Os principais profissionais da área reuniram-se para lhe dar a conhecer os últimos desenvolvimentos em cooperação internacional para o desenvolvimento”

Diretora Convidada



Dra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ♦ Diretora do Gabinete de Estudos da Direção do INEM
- ♦ Licenciada em Filosofia e Ciências da Educação pela UCM
- ♦ Especialista em Avaliação Educacional pela OEI
- ♦ Especialista em Indicadores e Estatísticas Educacionais pela UNED
- ♦ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento no domínio da Educação pela Universidade de Barcelona
- ♦ Especialista em Gestão do Conhecimento

Direção



Dra. María del Pilar Romero Mateos

- ♦ Educadora social
- ♦ Especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Professora de formação para o emprego
- ♦ Agente de Igualdade de Género
- ♦ Autora e colaboradora em projetos educativos em Abile Educativa

Professores

Dra. Araceli Sánchez Garrido

- ♦ Diretora Adjunta de Cooperação Cultural, do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural da Direção de Relações Culturais e Científicas
- ♦ Licenciada em Geografia e História com especialização em Antropologia e Etnologia da América. Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Responsável pela aplicação do Guia de Integração da Diversidade Cultural da AECID e pela sua aplicação aos projetos de cooperação para o desenvolvimento levados a cabo pela Agência
- ♦ Membro da Equipa de Curadores de Museus do Museu da América de Madrid
- ♦ Professora do Mestrado em Gestão Cultural da Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Carlos Cano Corcuera

- ♦ Licenciado em Biologia com especialização em Zoologia e Diploma em Ecologia Animal
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento pela UNED
- ♦ Cursos de especialização em Cooperação Internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com Perspetiva de Género; Gestão Orientada para Resultados de Desenvolvimento; Foco na Deficiência em Projetos de Cooperação; Projetos de Cooperação Delegados da União Europeia, etc.
- ♦ Trabalho em diferentes áreas da cooperação internacional, principalmente na América Latina

Dra. Cristina Córdoba

- ♦ Enfermeira
- ♦ Formação e experiência em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Co-fundadora e participante no projecto PalSpain
- ♦ Fundadora da Associação Juvenil APUMAK, Madrid, Espanha

Dra. Mercedes Flórez Gómez

- ♦ Licenciada em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madrid
- ♦ MSC em Responsabilidade Social Empresarial. Universidade Pontifícia de Salamanca
- ♦ MSC em Informação e Documentação. Universidade Antonio de Nebrija, Espanha, e University College of Wales, Reino Unido
- ♦ Diploma Avançado em Cooperação Sur, Sur- FLACSO
- ♦ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento. Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação - IUDC-Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Ciência e Cultura (OEI)
- ♦ Diploma em Ação Humanitária - Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária - IECAH

Dra. Marisa Ramos Rollon

- ♦ Assessora em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Investigadora nas áreas das políticas e instituições públicas na América Latina e nos domínios da governação democrática e das políticas de desenvolvimento
- ♦ Diretora do Curso da Escola de Verão Complutense sobre Políticas Públicas e a Agenda 2030
- ♦ Professora do Mestrado em Políticas de Transparência e Governação e Liderança Política, do Mestrado em Liderança Política, ambos na UCM, e do Mestrado em Relações América Latina-UE, na Universidade de Alcalá

04

Estrutura e conteúdo

A estrutura dos conteúdos foi desenvolvida por uma equipa de profissionais dos melhores centros educativos e universidades, conscientes da relevância da qualificação inovadora, e comprometidos com a qualidade do ensino através das novas tecnologias educativas.



“

Um programa pedagógico muito completo, estruturado em unidades didáticas muito bem desenvolvidas, orientado para uma aprendizagem eficiente e rápida, compatível com a sua vida pessoal e profissional”

Módulo 1. O desenvolvimento dos povos: introdução e desafios

- 1.1. O desenvolvimento
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. O que se entende por desenvolvimento?
 - 1.1.3. Teorias sociológicas para o desenvolvimento
 - 1.1.3.1. Desenvolvimento através da modernização
 - 1.1.3.2. Desenvolvimento através da dependência
 - 1.1.3.3. Teoria do desenvolvimento neo-institucional
 - 1.1.3.4. Desenvolvimento através da democracia
 - 1.1.3.5. Teoria do desenvolvimento através da identidade cultural
 - 1.1.4. Agentes envolvidos no desenvolvimento
 - 1.1.4.1. Dependendo da forma como é canalizada, a ajuda pode ser
 - 1.1.4.2. De acordo com a sua forma
 - 1.1.5. Países pobres ou empobrecidos
 - 1.1.5.1. O que é que se entende por empobrecido?
 - 1.1.6. Desenvolvimento económico, social e sustentável
 - 1.1.7. PNUD
 - 1.1.8. Bibliografia
- 1.2. Poder, dinâmicas e agentes na sociedade internacional
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Elementos de poder
 - 1.2.3. A sociedade internacional
 - 1.2.4. Modelos de sociedade internacional
 - 1.2.4.1. Estático
 - 1.2.4.2. Dinâmico
 - 1.2.4.3. Global
 - 1.2.5. Características da sociedade internacional
 - 1.2.5.1. É uma sociedade global de referência
 - 1.2.5.2. É diferente da sociedade interestatal
 - 1.2.5.3. A sociedade internacional exige uma dimensão relacional
 - 1.2.5.4. A sociedade internacional beneficia de uma ordem comum
 - 1.2.6. Estrutura social da sociedade





- 1.2.7. Estrutura da sociedade internacional
 - 1.2.7.1. A extensão espacial
 - 1.2.7.2. A diversificação estrutural
 - 1.2.7.3. A dimensão cultural da sociedade internacional
- 1.2.8. A polarização da sociedade internacional
 - 1.2.8.1. Conceito
- 1.2.9. Grau de institucionalização da sociedade internacional
- 1.2.10. Bibliografia
- 1.3. Comércio livre
 - 1.3.1. Introdução
 - 1.3.2. Interdependência desigual entre países
 - 1.3.3. Empresas transnacionais
 - 1.3.3.1. O que são?
 - 1.3.4. Situação atual das trocas comerciais
 - 1.3.4.1. As empresas transnacionais e o comércio livre
 - 1.3.5. A OMC
 - 1.3.5.1. Conceito
 - 1.3.5.2. Breve história
 - 1.3.5.3. As atividades da OMC desenvolvem-se em torno de três pilares
 - 1.3.6. Rondas, conferências e lobbying
 - 1.3.7. Umas relações comerciais justas
 - 1.3.8. A CONGDE
 - 1.3.8.1. Propostas da CONGDE
 - 1.3.9. A responsabilidade social das empresas
 - 1.3.10. Um pacto global
 - 1.3.11. O comércio justo
 - 1.3.11.1. Definição internacional
 - 1.3.12. Bibliografia
- 1.4. Desenvolvimento sustentável e educação
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Educação sobre o desenvolvimento sustentável e educação para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.2.1. Principais diferenças

- 1.4.3. Sustentabilidade
 - 1.4.3.1. Conceito
 - 1.4.4. Desenvolvimento sustentável
 - 1.4.4.1. Conceito
 - 1.4.5. Componentes de desenvolvimento sustentável
 - 1.4.6. Princípios do desenvolvimento sustentável
 - 1.4.7. Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)
 - 1.4.7.1. Definição
 - 1.4.8. História da educação para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.8.1. Conceito
 - 1.4.9. Reorientar a educação
 - 1.4.10. Orientações para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.11. Bibliografia
- 1.5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. Objetivos de desenvolvimento do milénio
 - 1.5.2.1. Antecedentes
 - 1.5.3. Campanha do milénio
 - 1.5.4. Resultados dos ODM
 - 1.5.5. Objetivos de desenvolvimento sustentável
 - 1.5.5.1. Definição
 - 1.5.5.2. Quem é que está envolvido?
 - 1.5.6. O que são os ODS?
 - 1.5.6.1. Características
 - 1.5.7. Diferenças existentes entre os ODM e os ODS
 - 1.5.8. Agenda de desenvolvimento sustentável
 - 1.5.8.1. Agenda 2030
 - 1.5.8.2. Os ODS são juridicamente vinculativos?
 - 1.5.9. Acompanhamento da concretização dos ODS
 - 1.5.10. Bibliografia
 - 1.6. Teorias sobre o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.2. Agentes do desenvolvimento
 - 1.6.3. Problemas da educação para o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.3.1. Aptidões
 - 1.6.4. A ONU e o seu trabalho para o desenvolvimento
 - 1.6.4.1. História da ONU
 - 1.6.4.2. A ONU e a sustentabilidade
 - 1.6.5. Programa 21: agenda 21 das nações unidas
 - 1.6.5.1. Objetivos da agenda 21
 - 1.6.6. PNUD
 - 1.6.6.1. História da PNUD
 - 1.6.6.2. Objetivos do PNUD
 - 1.6.7. Outras teorias para apoiar o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.7.1. Decrescimento
 - 1.6.8. Teorias alternativas ao desenvolvimento sustentável
 - 1.6.8.1. Ecodesenvolvimento
 - 1.6.9. Bibliografia
 - 1.7. Sociedade civil, movimentos sociais e processos de transformação
 - 1.7.1. Introdução
 - 1.7.2. Conceito de movimentos sociais
 - 1.7.3. Objetivos dos movimentos sociais
 - 1.7.4. Estrutura dos movimentos sociais
 - 1.7.5. Definições de autores de referência
 - 1.7.6. Desafio coletivo
 - 1.7.7. A procura de um objetivo comum
 - 1.7.8. Evolução dos movimentos sociais
 - 1.7.9. Participação e consolidação da democracia
 - 1.7.10. Os movimentos sociais mais proeminentes dos últimos anos na Europa
 - 1.7.11. Bibliografia
 - 1.8. Desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.1. Introdução
 - 1.8.2. Comunidade
 - 1.8.2.1. De quem depende o sucesso de uma comunidade?
 - 1.8.3. Conceito de participativo
 - 1.8.4. Conceito de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.5. Características que definem o desenvolvimento comunitário

- 1.8.6. Processos para atingir o desenvolvimento comunitário
 - 1.8.6.1. Diagnóstico participativo
 - 1.8.6.2. Plano de desenvolvimento
 - 1.8.6.3. Planeamento participativo
 - 1.8.6.4. Plano de desenvolvimento comunitário
- 1.8.7. Doze lições de desenvolvimento comunitário participativo
- 1.8.8. Principais agentes
- 1.8.9. Bibliografia
- 1.9. Índice de desenvolvimento humano
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Índice de desenvolvimento humano
 - 1.9.2.1. Princípios do IDH
 - 1.9.2.2. Objetivos do IDH
 - 1.9.2.3. Limitações da IDH
 - 1.9.2.4. Tipos de indicadores
 - 1.9.3. Características do desenvolvimento humano
 - 1.9.4. Metodologia para calcular o IDH
 - 1.9.5. Outros índices de desenvolvimento humano
 - 1.9.5.1. Índice de desenvolvimento humano ajustado às desigualdades
 - 1.9.5.2. Índice de desigualdade de género
 - 1.9.5.3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)
 - 1.9.6. PNUD - Programa da ONU para o desenvolvimento
 - 1.9.7. Conclusões
 - 1.9.8. Bibliografia
- 1.10. Associações locais para o desenvolvimento
 - 1.10.1. Introdução
 - 1.10.2. O que é uma ONGD?
 - 1.10.3. Movimentos estatais para o desenvolvimento
 - 1.10.4. Pobreza zero
 - 1.10.4.1. Objetivos
 - 1.10.4.2. Estratégia de ação
 - 1.10.4.3. Organizações constitutivas

- 1.10.5. Coordenador ONGD Espanha
 - 1.10.5.1. Objetivo
 - 1.10.5.2. Plano estratégico
 - 1.10.5.3. Linhas estratégicas
- 1.10.6. Coordenadores automáticos
- 1.10.7. Grupos de ação social
- 1.10.8. Bibliografia

Módulo 2. Direitos humanos (DH) e direito internacional humanitário (DIH)

- 2.1. Direitos humanos e direito internacional humanitário
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. Conceito e definição de direitos humanos
 - 2.1.3. Declaração universal dos DH
 - 2.1.3.1. O que é a declaração universal dos direitos humanos?
 - 2.1.3.2. Autores da declaração universal dos direitos humanos
 - 2.1.3.3. Preâmbulo da declaração universal dos direitos humanos
 - 2.1.3.4. Artigos da declaração universal dos direitos humanos
 - 2.1.4. Bibliografia
- 2.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 2.2.1. O que é o Direito Internacional Humanitário? (DIH)
 - 2.2.2. Ramos do DIH
 - 2.2.3. Convenção de Genebra e regras fundamentais subjacentes às convenções de Genebra
 - 2.2.4. Âmbito do direito humano internacional
 - 2.2.4.1. Proibições e restrições gerais relativas a determinados métodos e meios de guerra
 - 2.2.4.2. Proibições e restrições específicas
 - 2.2.5. Quando se aplica o DIH?
 - 2.2.6. Quem é que o DIH protege e como?
 - 2.2.7. Bibliografia
- 2.3. A ONU e os DH

- 2.3.1. A ONU (Organização das Nações Unidas)
 - 2.3.1.1. O que é?
 - 2.3.1.2. História da ONU
 - 2.3.1.3. A ONU e os direitos humanos
- 2.3.2. Como é que a ONU promove e protege os direitos humanos?
 - 2.3.2.1. Alto comissariado para os direitos humanos
 - 2.3.2.2. Conselho de direitos humanos
 - 2.3.2.3. UNGD-HRM
 - 2.3.2.4. Conselheiros especiais para a prevenção do genocídio e a responsabilidade de proteger
- 2.3.3. Conclusões
- 2.3.4. Bibliografia
- 2.4. Instrumentos de proteção dos DH da ONU
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Instrumentos jurídicos que apoiam a ONU na proteção dos direitos humanos
 - 2.4.2.1. A carta internacional dos direitos humanos
 - 2.4.2.2. Democracia
 - 2.4.2.3. Outros organismos da ONU responsáveis pela proteção dos direitos humanos
 - 2.4.3. Vários organismos que se ocupam de diversas questões
 - 2.4.4. Secretário-Geral
 - 2.4.5. Operações de paz das nações unidas
 - 2.4.6. Comissão sobre o Estatuto da Mulher
 - 2.4.7. Bibliografia
- 2.5. O direito internacional dos direitos humanos
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. O que é o direito internacional dos direitos humanos?
 - 2.5.2.1. Características do direito internacional dos direitos humanos
 - 2.5.3. Principais diferenças entre o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos
 - 2.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 2.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
 - 2.5.5. Bibliografia
- 2.6. As organizações não governamentais e os DH
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.1.1. O que é uma ONGD?
 - 2.6.2. As ONG e os direitos humanos
 - 2.6.3. Categorias de ONG de defesa dos direitos humanos
 - 2.6.4. Principais características das ONG de defesa dos direitos humanos
 - 2.6.5. Bibliografia
- 2.7. Violações dos DH no mundo
 - 2.7.1. Introdução
 - 2.7.2. Casos de violação de direitos humanos (DH) por artigos
 - 2.7.2.1. Artigo 3.º: direito de viver em liberdade
 - 2.7.2.2. Artigo 4.º: proibição da escravatura
 - 2.7.2.3. Artigo 5.º: proibição da tortura
 - 2.7.2.4. Artigo 13.º: liberdade de circulação
 - 2.7.2.5. Artigo 18.º: liberdade de pensamento
 - 2.7.2.6. Artigo 19.º: liberdade de expressão
 - 2.7.2.7. Artigo 21.º: direito à democracia
 - 2.7.3. Bibliografia
- 2.8. Direitos humanos ambientais
 - 2.8.1. Proteção do ambiente como direito humano
 - 2.8.2. O ambiente tem direitos?
 - 2.8.3. Evolução dos direitos humanos face a casos sem direitos
 - 2.8.4. Direitos da natureza. Desenvolvimentos
 - 2.8.4.1. Declaração de intenções. Relator especial
 - 2.8.5. O direito ambiental
 - 2.8.5.1. PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente)
 - 2.8.6. Bibliografia
- 2.9. ONG de direitos humanos
 - 2.9.1. Introdução
 - 2.9.2. Lista de ONG que trabalham em prol dos direitos humanos
 - 2.9.2.1. 1 kilo de ayuda
 - 2.9.2.2. A.B. Soleil d'Afrique
 - 2.9.2.3. Aasara
 - 2.9.2.4. Acción Andina

- 2.9.2.5. Acción Global Solidaria
- 2.9.2.6. Acción Verapaz
- 2.9.2.7. ADANE (Amics per al Desenvolupament a l'Àfrica Negra)
- 2.9.3. Bibliografia

Módulo 3. Igualdade e cooperação

- 3.1. Géneros e cooperação
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Conceitos fundamentais
 - 3.1.2.1. Questões de género a considerar
 - 3.1.3. Empoderamento
 - 3.1.3.1. Introdução
 - 3.1.3.2. Conceito de empoderamento
 - 3.1.3.3. O que é o empoderamento?
 - 3.1.3.4. Breve história do empoderamento
 - 3.1.4. O movimento feminista no mundo
 - 3.1.4.1. Conceito
 - 3.1.4.2. Breve história do feminismo no mundo
 - 3.1.5. Bibliografia
- 3.2. Evolução histórica dos movimentos feministas. Principais correntes
 - 3.2.1. Introdução
 - 3.2.1.1. Antecedentes históricos
 - 3.2.2. As precursoras do movimento feminista
 - 3.2.3. As sufragistas nos Estados Unidos e na Europa
 - 3.2.4. O sufragismo na América Latina
 - 3.2.5. O feminismo como movimento social ou novo feminismo
 - 3.2.6. O feminismo contemporâneo
 - 3.2.6.1. Os feminismos do século XXI
 - 3.2.6.2. Evolução dos principais movimentos feministas
 - 3.2.7. Bibliografia
- 3.3. Patriarcados regionais e movimentos de mulheres
 - 3.3.1. Patriarcado
 - 3.3.1.1. Introdução
 - 3.3.1.2. Conceito de patriarcado
 - 3.3.1.3. Conceito de matriarcado
 - 3.3.1.4. Principais características do patriarcado no mundo
 - 3.3.2. Movimentos históricos influentes de mulheres no mundo
 - 3.3.2.1. Evolução dos direitos das mulheres
 - 3.3.2.1.1. Primeira convenção sobre os direitos das mulheres
 - 3.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: um dia para as mulheres
 - 3.3.2.1.3. A medicina contra a mutilação genital feminina
 - 3.3.2.1.4. A revolta das mulheres em Aba
 - 3.3.2.1.5. O mundo do trabalho em constante mudança
 - 3.3.2.1.6. No trabalho e na greve, com força
 - 3.3.2.1.7. Nascimento das nações unidas
 - 3.3.2.1.8. Para as mulheres do mundo
 - 3.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
 - 3.3.2.1.10. Ativistas, uni-vos
 - 3.3.2.1.11. CEDAW
 - 3.3.2.1.12. Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres
 - 3.3.2.1.13. Programa de ação da CIPD
 - 3.3.2.1.14. Declaração e Plataforma de Ação de Beijing
 - 3.3.2.1.15. Resolução 1325 do conselho de segurança
 - 3.3.2.1.16. Declaração do milénio das nações unidas
 - 3.3.2.1.17. Ação coletiva pela paz
 - 3.3.2.1.18. Gulabi Gang: justiça para as mulheres
 - 3.3.2.1.19. Desafiar o status quo
 - 3.3.3. Bibliografia

- 3.4. Divisão do trabalho: disposições tradicionais e dinâmicas contemporâneas
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Divisão sexual do trabalho
 - 3.4.2.1. Restrições intrínsecas e extrínsecas à participação das mulheres no mercado de trabalho
 - 3.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres no trabalho remunerado
 - 3.4.2.3. As masculinidades e o trabalho remunerado
 - 3.4.3. Divisão do trabalho entre homens e mulheres
 - 3.4.4. Feminização da pobreza
 - 3.4.5. Dados sobre a participação no mercado de trabalho, as disparidades de género e as diferentes modalidades de inserção no mercado de trabalho
 - 3.4.5.1. Indicadores
 - 3.4.5.2. Empregadas por ramo de atividade
 - 3.4.5.3. Empregadas por tipo de ocupação
 - 3.4.5.4. Empregadas por situação profissional
 - 3.4.5.5. Empregadas por tipo de posto de trabalho
 - 3.4.6. Bibliografia
- 3.5. Políticas de cuidados e economia
 - 3.5.1. Cuidados para a vida
 - 3.5.2. Efeitos sobre a vida das mulheres
 - 3.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado na esfera doméstica e a outras atividades de cuidados
 - 3.5.2.2. Conceito de conciliação
 - 3.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar a conciliação
 - 3.5.3. Atividades de cuidados e tarefas domésticas. Crianças que frequentam centros de educação e de cuidados. Agregados familiares com pessoas dependentes
 - 3.5.3.1. Frequência semanal das atividades de cuidados e tarefas domésticas. Espanha e UE-28
 - 3.5.3.2. Horas semanais dedicadas a atividades de cuidados e tarefas domésticas
 - 3.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais que cuidam de pessoas dependentes (por idade e sexo)
 - 3.5.4. Novas masculinidades
 - 3.5.5. Bibliografia
- 3.6. Género e migrações
 - 3.6.1. Causas e situação global das migrações
 - 3.6.2. Evolução histórica das migrações
 - 3.6.3. Fenómeno de feminização das migrações
 - 3.6.4. Características dos fluxos migratórios numa perspetiva de género
 - 3.6.5. Efeitos dos processos migratórios nas mulheres
 - 3.6.6. Conclusão
 - 3.6.7. Estratégia de migração sensível às questões de género
 - 3.6.8. Bibliografia
- 3.7. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 3.7.1. Introdução
 - 3.7.2. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento
 - 3.7.2.1. Objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento espanhol
 - 3.7.2.2. Políticas e instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 3.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho para a integração da perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 3.7.3. Género e *advocacy*
 - 3.7.4. Género e desenvolvimento
 - 3.7.5. Planeamento sensível ao género
 - 3.7.5.1. Orientações para os processos de planeamento
 - 3.7.6. Marcos de Asociación País (MAP) e instrumentos de cooperação espanhola disponíveis
 - 3.7.7. Orientações para a integração
 - 3.7.7.1. Lista de verificação
 - 3.7.7.2. Lista de verificação da fase 1. Etapa 0
 - 3.7.8. Bibliografia
- 3.8. Políticas públicas com uma perspetiva de género
 - 3.8.1. Introdução
 - 3.8.2. Economia do desenvolvimento
 - 3.8.2.1. Bases económicas do desenvolvimento
 - 3.8.2.2. Definição de economia do desenvolvimento
 - 3.8.2.3. Evolução da economia do desenvolvimento

- 3.8.3. Economia de género
- 3.8.4. Políticas públicas com uma perspetiva de género
- 3.8.5. Metodologia de orçamentação com uma perspetiva de género
- 3.8.6. Índices de desenvolvimento humano relacionados com o género
 - 3.8.6.1. Conceito
 - 3.8.6.2. Parâmetros do índice de desenvolvimento humano
- 3.8.7. Bibliografia
- 3.9. A perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 3.9.1. Género na cooperação internacional. Evolução histórica
 - 3.9.2. Conceitos básicos
 - 3.9.2.1. Igualdade de género
 - 3.9.2.2. Equidade de género
 - 3.9.2.3. Identidade de género
 - 3.9.2.4. Masculinidades
 - 3.9.2.5. Patriarcado
 - 3.9.2.6. Divisão sexual do trabalho
 - 3.9.2.7. Papéis de género
 - 3.9.2.8. Perspetiva setorial
 - 3.9.2.9. Perspetiva transversal
 - 3.9.2.10. Necessidades práticas
 - 3.9.2.11. Interesses estratégicos de género
 - 3.9.3. Por que razão é importante integrar a perspetiva de género nos processos de desenvolvimento?
 - 3.9.4. Decálogo para a integração da perspetiva de género
 - 3.9.5. Indicadores de género
 - 3.9.5.1. Conceito
 - 3.9.5.2. Domínios que podem ser objeto de indicadores
 - 3.9.5.3. Características dos indicadores de género
 - 3.9.5.4. Finalidade dos indicadores de género
 - 3.9.6. Bibliografia

Módulo 4. Direitos ambientais

- 4.1. O direito ambiental
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. O que é?
 - 4.1.3. Em que consiste o direito ambiental?
 - 4.1.4. Características do direito ambiental
 - 4.1.5. Natureza jurídica
 - 4.1.6. Antecedentes
 - 4.1.7. História
 - 4.1.8. Objetivo do direito ambiental
 - 4.1.8.1. Fontes
 - 4.1.9. Princípios
 - 4.1.10. Fins
- 4.2. Direitos ambientais
 - 4.2.1. O que entendemos por ambiente?
 - 4.2.2. O que são os nossos direitos ambientais?
 - 4.2.2.1. Quais são?
 - 4.2.3. Direito a usufruir de um ambiente saudável
 - 4.2.4. Direito de acesso à informação
 - 4.2.5. Direito de participação na gestão ambiental
 - 4.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 4.2.7. Princípios gerais do direito ambiental
 - 4.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 4.2.8.1. Estocolmo 1972
 - 4.2.8.2. Rio de Janeiro 1992
 - 4.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 4.2.10. Conclusão
- 4.3. Deveres em matéria de direito ambiental
 - 4.3.1. Introdução
 - 4.3.2. O que são os deveres ambientais?
 - 4.3.2.1. Definição e conceito
 - 4.3.3. Quais são os direitos ambientais?
 - 4.3.4. Dever de preservar o ambiente

- 4.3.5. Dever de respeitar as normas ambientais
- 4.3.6. Dever de vigilância
- 4.3.7. Dever de informação
- 4.3.8. Dever de indenização por danos ambientais
- 4.3.9. Conclusões
- 4.4. Participação dos cidadãos na proteção do ambiente
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.1. Introdução
 - 4.4.2.2. Conceito de monitorização
 - 4.4.2.3. O que é a monitorização ambiental participativa?
 - 4.4.2.4. Para que serve?
 - 4.4.2.5. Quem pode participar?
 - 4.4.2.6. Plano de monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.7. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 4.4.2.8. Etapas da monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.9. Fases
- 4.5. Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA)
 - 4.5.1. Introdução
 - 4.5.2. Definição e conceito
 - 4.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 4.5.3.1. Objetivo geral
 - 4.5.4. História e evolução
 - 4.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUA?
 - 4.5.5. Missão do PNUA
 - 4.5.6. Atividades
 - 4.5.7. Localização do PNUA
 - 4.5.7.1. A nível nacional e internacional
 - 4.5.8. Quarto Programa de Desenvolvimento e Revisão Periódica do Direito Ambiental de Montevideo
 - 4.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
 - 4.5.9. Conclusão



- 4.6. Alterações ambientais globais e alterações climáticas
 - 4.6.1. Introdução
 - 4.6.2. Ambiente global
 - 4.6.2.1. Conceito
 - 4.6.3. Alterações climáticas
 - 4.6.3.1. Conceito
 - 4.6.4. Evolução da teoria das alterações climáticas
 - 4.6.5. Alterações ambientais globais
 - 4.6.5.1. Passado e presente
 - 4.6.6. Características das alterações ambientais globais
 - 4.6.6.1. Alterações do nível do mar
 - 4.6.7. Consequências das alterações ambientais globais
 - 4.6.8. Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
 - 4.6.9. Alterações climáticas e impacto na agricultura
 - 4.6.10. Estratégias e dilemas de sobrevivência
 - 4.6.10.1. Migrações
- 4.7. Os direitos ambientais no mundo
 - 4.7.1. Introdução
 - 4.7.2. Países que lutam pelos direitos ambientais
 - 4.7.3. Equador
 - 4.7.4. Espanha
 - 4.7.5. México
 - 4.7.6. Peru
 - 4.7.7. O desenvolvimento sustentável
 - 4.7.7.1. Conceito
 - 4.7.8. História e evolução
 - 4.7.9. Perspetivas do desenvolvimento sustentável (DS)
 - 4.7.10. Lei geral sobre o desenvolvimento sustentável da silvicultura
 - 4.7.10.1. Descrição
 - 4.7.10.2. Objetivo

06

Metodologia

Este programa de capacitação oferece uma forma diferente de aprendizagem. A nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: **o Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas escolas médicas mais prestigiadas do mundo e tem sido considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações, tais como a *New England Journal of Medicine*.



“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para o levar através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que provou ser extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Na Escola de Educação TECH utilizamos o Método do Caso

Numa dada situação, o que deve fazer um profissional? Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos simulados, com base em situações reais em que terão de investigar, estabelecer hipóteses e finalmente resolver a situação. Há abundantes provas científicas sobre a eficácia do método.

Com a TECH, o aluno pode experimentar uma forma de aprendizagem que abala as fundações das universidades tradicionais de todo o mundo.



É uma técnica que desenvolve o espírito crítico e prepara o educador para tomar decisões, defender argumentos e contrastar opiniões.

“

Sabia que este método foi desenvolvido em 1912 em Harvard para estudantes de direito? O método do caso consistia em apresentar situações reais complexas para que tomassem decisões e justificassem a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard”

A eficácia do método é justificada por quatro realizações fundamentais:

- 1 Os educadores que seguem este método não só conseguem a assimilação de conceitos, mas também um desenvolvimento da sua capacidade mental, através de exercícios que avaliam situações reais e a aplicação de conhecimentos.
- 2 A aprendizagem é solidamente traduzida em competências práticas que permitem ao educador integrar melhor o conhecimento na prática diária.
- 3 A assimilação de ideias e conceitos é facilitada e mais eficiente, graças à utilização de situações que surgiram a partir de um ensino real.
- 4 O sentimento de eficiência do esforço investido torna-se um estímulo muito importante para os estudantes, o que se traduz num maior interesse pela aprendizagem e num aumento do tempo passado a trabalhar no curso.



Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Melhoramos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.



O educador aprenderá através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes de aprendizagem simulados. Estas simulações são desenvolvidas utilizando software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.

Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis globais de satisfação dos profissionais que concluem os seus estudos, no que diz respeito aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade de Columbia).

Esta metodologia já formou mais de 85.000 educadores com sucesso sem precedentes em todas as especializações. Tudo isto num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um elevado perfil socioeconómico e uma idade média de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua capacitação, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, cada um destes elementos é combinado de forma concêntrica.

A pontuação global do nosso sistema de aprendizagem é de 8,01, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.



Este programa oferece o melhor material educativo, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos especialistas que irão ensinar o curso, especificamente para o curso, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são depois aplicados ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem peças de alta-qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Técnicas e procedimentos educativos em vídeo

A TECH traz as técnicas mais inovadoras, com os últimos avanços educacionais, para a vanguarda da atualidade em Educação. Tudo isto, na primeira pessoa, com o máximo rigor, explicado e detalhado para a assimilação e compreensão. E o melhor de tudo, pode observá-los quantas vezes quiser.



Resumos interativos

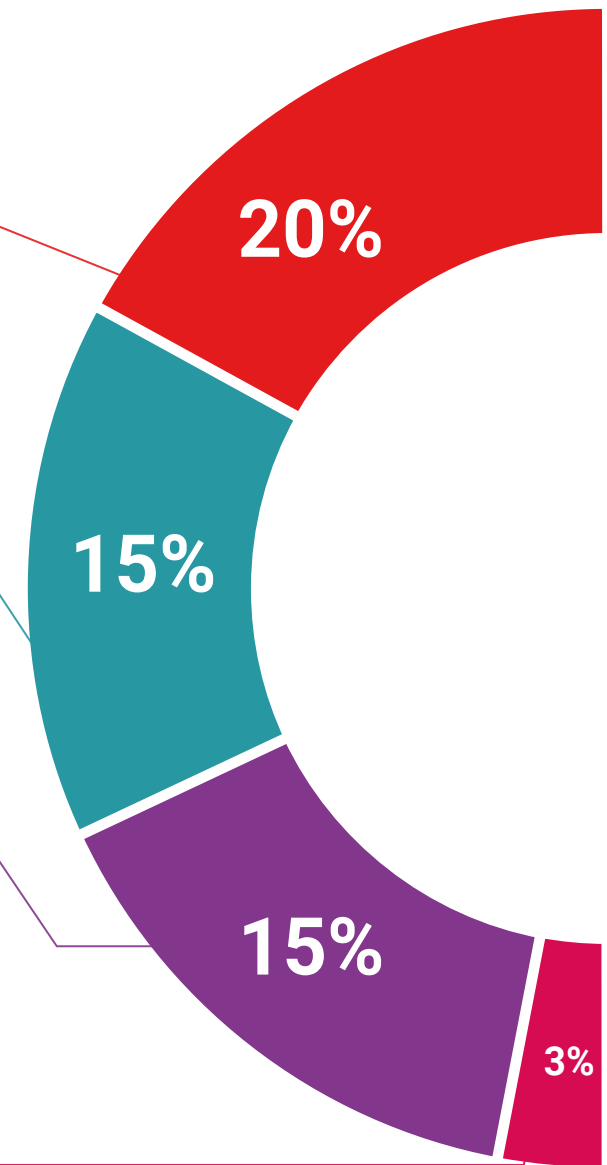
A equipa da TECH apresenta os conteúdos de uma forma atrativa e dinâmica em comprimidos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais a fim de reforçar o conhecimento.

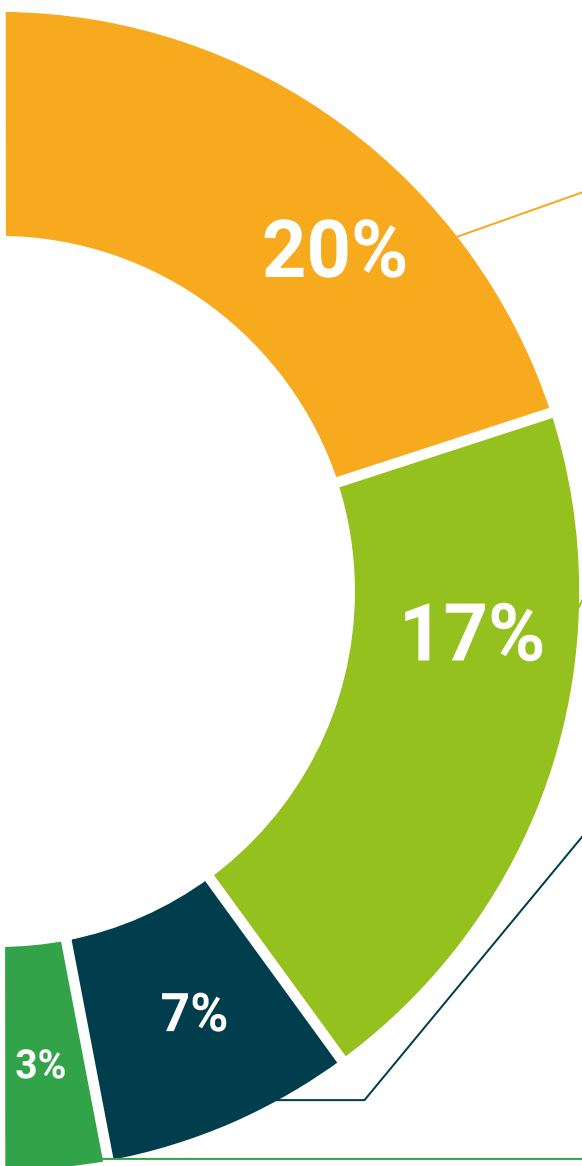
Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como uma "História de Sucesso Europeu".



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que necessita para completar a sua capacitação.





Análises de casos desenvolvidas e conduzidas por especialistas

A aprendizagem eficaz deve necessariamente ser contextual. Por esta razão, a TECH apresenta o desenvolvimento de casos reais nos quais o perito guiará o estudante através do desenvolvimento da atenção e da resolução de diferentes situações: uma forma clara e direta de alcançar o mais alto grau de compreensão.



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo de todo o programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno possa verificar como está a atingir os seus objetivos.



Masterclasses

Existem provas científicas sobre a utilidade da observação por terceiros especializada.

O denominado Learning from an Expert constrói conhecimento e memória, e gera confiança em futuras decisões difíceis.



Guias rápidos de atuação

A TECH oferece os conteúdos mais relevantes do curso sob a forma de folhas de trabalho ou guias de ação rápida. Uma forma sintética, prática e eficaz de ajudar os estudantes a progredir na sua aprendizagem.



06

Certificação

O Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental garante, para além de um conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um Curso de Especialização emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao **Curso de Especialização** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no **Curso de Especialização**, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Certificação: **Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental**

ECTS: 24

Carga horária: 600 horas



*Apostila de Haia Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo com um custo adicional.



Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Curso de Especialização

Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

